Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

Informações contábeis intermediárias em

30 de setembro de 2026

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Informações Contábeis Intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 1
BALANÇO PATRIMONIAL 3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO 7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 8

Notas explicativas

1 CONTEXTO OPERACIONAL 9
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 12
3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS 13
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 16
5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS 16
6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES 17
7 VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS 18
8 PARTES RELACIONADAS 20
9 ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO 22
10 INTANGÍVEL 22
11 ATIVOS DE CONTRATO 23
12 FORNECEDORES 23
13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 24
14 DEBÊNTURES 26
15 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER 27
16 IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS 28
17 PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS 29
18 PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES 31
19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO 32
20 PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO 33
21 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 35
22 CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS 37
23 CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA 38
24 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS 38
25 RESULTADO FINANCEIRO 39
26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS 39
27 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 43
28 COMPROMISSOS FUTUROS 44

Shape the future
with confidence

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 11 de novembro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**846.338**	466.065
Aplicações financeiras	5	**289.654**	890.697
Contas a receber de clientes	6	**1.093.207**	1.163.475
Almoxarifado		**27.549**	36.416
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	**317.106**	256.187
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**92.518**	59.726
Depósitos judiciais	17	**-**	4.887
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	**672.113**	171.104
Instrumentos financeiros derivativos	26.5	**25.209**	7.305
Serviços pedidos		**97.766**	154.067
Outras contas a receber		**194.658**	204.488
Total do ativo circulante		**3.656.118**	3.414.417
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	**132.127**	135.858
Serviços pedidos		**50.752**	50.752
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	**459.835**	184.256
Depósitos judiciais	17	**229.587**	210.392
Instrumentos financeiro derivativos	26.5	**-**	4.208
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	**109.593**	324.444
Benefício pós-emprego		**16**	12
Ativo financeiro da concessão	9	**1.540.100**	1.116.348
Intangível	10	**4.165.308**	3.334.730
Ativos de contrato	11	**466.305**	1.215.790
Direito de uso		**4.345**	5.173
Outras contas a receber		**3.340**	1.156
Total do ativo não circulante		**7.161.308**	6.583.119
Total do ativo		**10.817.426**	9.997.536

Passivo	Nota	30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Fornecedores	12	**618.661**	731.373
Fornecedores - risco sacado	12.1	**40.813**	60.757
Empréstimos e financiamentos	13	**963.202**	128.860
Debêntures	14	**256.086**	147.139
Passivo de arrendamento		**1.624**	1.456
Impostos e contribuições a recolher	15	**329.349**	249.579
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		**2**	16
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	**158.859**	86.609
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		**21.413**	16.909
Contribuição de iluminação pública		**18.835**	20.401
Encargos setoriais		**58.212**	73.635
Participação nos lucros		**2.977**	5.084
Provisão para riscos judiciais	17	**425.912**	409.941
Benefício pós-emprego		**114.414**	105.454
Outras contas a pagar		**138.354**	192.591
Total do passivo circulante		**3.148.713**	2.229.804
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**1.720.352**	2.121.823
Debêntures	14	**6.454.595**	5.654.721
Passivo de arrendamento		**3.249**	4.149
Impostos e contribuições a recolher	15	**1.820.637**	2.630.360
Encargos setoriais		**82.846**	57.667
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	**394.950**	154.801
Instrumentos financeiro derivativos	26.5	**144.369**	-
Provisão para riscos judiciais	17	**634.635**	597.000
Benefício pós-emprego		**696.594**	723.135
Outras contas a pagar		**100.481**	92.620
Total do passivo não circulante		**12.052.708**	12.036.276
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	19.1	**3.385.861**	3.385.861
Reserva de capital		**2.178**	1.865
Ajuste de avaliação patrimonial		**(1.056.058)**	(1.020.717)
Prejuízos acumulados		**(6.715.976)**	(6.635.553)
Total do Patrimônio líquido negativo		**(4.383.995)**	(4.268.544)
Total do passivo e Patrimônio líquido negativo		**10.817.426**	9.997.536

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita operacional líquida	21	**1.495.492**	**5.114.698**	1.633.235	4.601.804
Custos com Energia Elétrica	23	**(825.142)**	**(2.560.028)**	(903.904)	(2.469.680)
Custo de construção		**(204.441)**	**(794.215)**	(385.976)	(996.478)
Custo da operação		**(96.799)**	**(397.288)**	(129.057)	(395.048)
Custos de energia elétrica, construção e operação	22	**(1.126.382)**	**(3.751.531)**	(1.418.937)	(3.861.206)
Lucro bruto		**369.110**	**1.363.167**	214.298	740.598
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	22	**(42.992)**	**(137.419)**	(47.345)	(135.473)
Despesas gerais e administrativas	22	**(88.975)**	**(240.592)**	(55.610)	(156.013)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	22	**2.457**	**(22.441)**	(24.532)	(61.056)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	**(28.167)**	**(153.757)**	(48.069)	(48.098)
Total de despesas operacionais		**(157.677)**	**(554.209)**	(175.556)	(400.640)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		**211.433**	**808.958**	38.742	339.958
Receitas financeiras	25	**72.967**	**963.569**	145.457	668.924
Despesas financeiras	25	**(397.404)**	**(1.852.950)**	(447.575)	(1.510.968)
Resultado financeiro		**(324.437)**	**(889.381)**	(302.118)	(842.044)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(113.004)**	**(80.423)**	(263.376)	(502.086)
Prejuízo do período		**(113.004)**	**(80.423)**	(263.376)	(502.086)
Resultado básico e diluído por ação ordinária	19.2	**(1,65561)**	**(1,17827)**	(3,85871)	(7,35603)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	19.2	**(1,65561)**	**(1,17827)**	(3,85871)	(7,35603)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		**68.255**	**68.255**	68.255	68.255

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Prejuízo do período	**(113.004)**	**(80.423)**	(263.376)	(502.086)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado de *hedge accounting*	**(114.802)**	**(35.341)**	9.429	88.890
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	**(114.802)**	**(35.341)**	9.429	88.890
Total resultados abrangentes	**(227.806)**	**(115.764)**	(253.947)	(413.196)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuizos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.385.861	1.570	(1.074.793)	(5.930.969)	(3.618.331)
Pagamentos baseados em ações - *Stock option*	20.1	-	223	-	-	223
Pagamentos baseados em ações - *Matching Shares*	20.3	-	24	-	-	24
Resultado abrangente do período						-
Resultado de *hedge accounting*	26.5	-	-	88.890	-	88.890
Prejuízo do período		-	-	-	(502.086)	(502.086)
Saldos em 30 de setembro de 2025		3.385.861	1.817	(985.903)	(6.433.055)	(4.031.280)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.385.861	1.865	(1.020.717)	(6.635.553)	(4.268.544)
Pagamentos baseados em ações - *Stock option*	20.1	**-**	**95**	**-**	**-**	**95**
Pagamentos baseados em ações - *Matching Shares*	20.3	**-**	**218**	**-**	**-**	**218**
Resultado abrangente do período						
Resultado de *hedge accounting*	26.5	**-**	**-**	**(35.341)**	**-**	**(35.341)**
Prejuízo do período		**-**	**-**	**-**	**(80.423)**	**(80.423)**
Saldos em 30 de setembro de 2026		**3.385.861**	**2.178**	**(1.056.058)**	**(6.715.976)**	**(4.383.995)**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	30/09/2026	30/09/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	**(80.423)**	(502.086)
Ajustes para:		
Amortização	**272.587**	171.148
Baixas do ativo imobilizado, intangível e ativo financeiro da concessão	**39.182**	31.996
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	**750.662**	423.249
Marcação a valor justo da dívida	**(15.541)**	(96.015)
Provisão para riscos judiciais	**143.457**	135.327
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**22.441**	61.056
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**740**	-
Baixa de recebíveis incobráveis	**(3.336)**	2.437
Ajuste a valor presente	**(8.395)**	7.254
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	**153.523**	318.785
Atualização do ativo financeiro	**(41.254)**	(53.404)
Provisão e atualização dos encargos setoriais	**40.739**	37.225
Valores a devolver (receber) de parcela A e outros itens financeiros	**(362.054)**	(476.636)
Provisão para perdas de estoques	**(48.682)**	(36.548)
Participação nos lucros	**11.507**	5.424
Rendimentos de aplicações financeiras	**(34.130)**	(91.269)
Atualização de PIS/COFINS a recuperar	**(81.577)**	(4.690)
Plano de aposentadoria e pensão	**(17.585)**	-
Valor justo das opções de compra	**3.471**	3.069
Subtotal	**745.332**	(63.678)
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	**67.813**	(42.777)
Almoxarifado	**8.867**	(10.799)
Serviços pedidos	**74.134**	(62.754)
Impostos e contribuições a recuperar	**(10.877)**	(24.785)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**(32.792)**	1.188
Outros créditos a receber	**2.382**	51.681
Depósitos judiciais	**(14.308)**	(12.463)
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	**4.537**	5.130
Fornecedores	**(125.315)**	81.047
Fornecedores - risco sacado	**(19.944)**	24.101
Impostos e contribuições a recolher	**(590.239)**	232.501
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	**859**	2.397
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	**(51.505)**	(41.649)
Beneficio pós emprego	**-**	(3.097)
Contribuição de iluminação pública	**(1.566)**	2.363
Encargos setoriais	**(48.816)**	(16.522)
Participação nos lucros	**(13.614)**	(7.891)
Provisão para riscos judiciais	**(89.851)**	(74.013)
Outras contas a pagar	**(49.534)**	1.223
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de operacionais	**(889.769)**	104.881
Juros recebidos de aplicações financeiras	**45.104**	78.617
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(873)**	(3.127)
Juros pagos	**(610.759)**	(500.081)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais	**(710.965)**	(383.388)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativos de contrato	**(649.762)**	(871.851)
Aplicação das aplicações financeiras	**590.069**	408.752
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(59.693)**	(463.099)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	**495.500**	521.070
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(93.481)**	(16.451)
Captação de debêntures, líquida dos custos de transação	**750.000**	986.746
Amortização de debêntures	**-**	(300.000)
Amortização do passivo de arrendamento	**(1.088)**	(958)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**1.150.931**	1.190.407
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**380.273**	343.920
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**466.065**	83.929
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**846.338**	427.849
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**380.273**	343.920

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	30/09/2026	30/09/2025
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	**6.545.110**	5.503.736
Receitas de construção	**794.215**	996.478
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	**(22.441)**	(61.056)
Outras receitas	**83.433**	-
Subtotal	**7.400.317**	6.439.158
Insumos adquiridos de terceiros (inclui - ICMS e IMA)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	**(3.354.243)**	(3.466.158)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(387.059)**	(442.483)
Outras despesas	**(205.014)**	(94.594)
Subtotal	**(3.946.316)**	(4.003.235)
Valor adicionado bruto	**3.454.001**	2.435.923
Amortização	**(272.587)**	(171.148)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**3.181.414**	2.264.775
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**988.440**	682.968
Subtotal	**988.440**	682.968
Valor adicionado total a distribuir	**4.169.854**	2.947.743
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	**56.888**	53.456
Benefícios	**17.276**	16.499
FGTS	**10.739**	7.369
Subtotal	**84.903**	77.324
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	**1.426.636**	1.092.054
Estaduais	**883.406**	765.458
Municipais	**21**	118
Subtotal	**2.310.063**	1.857.630
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**1.295.441**	977.961
Aluguéis	**2.361**	3.907
Outras despesas financeiras	**557.509**	533.007
Subtotal	**1.855.311**	1.514.875
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	**(80.423)**	(502.086)
Subtotal	**(80.423)**	(502.086)
Valor adicionado	**4.169.854**	2.947.743

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1 Contexto operacional

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D ("Companhia" ou "CEEE-D"), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot, nº 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. ("Equatorial Participações"), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km²(*), atendendo, em 30 de setembro de 2026, 2.034.277 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 81/1999-ANEEL de 25 de outubro de 1999, publicado em 09 de dezembro de 2015, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015, abrangendo uma área de 72 municípios.

O 5° Termo aditivo ao Contrato de Concessão n° 81/1999-ANEEL, celebrado em 25 de agosto de 2021, formalizou a transferência de controle social da Companhia para a Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Ao término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio do Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados mediante auditoria da ANEEL. Os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Para suportar essa avaliação, no período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia manteve as ações de faturamento e cobrança.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R$ 507.405 (R$ 1.184.613 em 31 de dezembro de 2025), além de resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro positivo de R$ 808.958 (R$ 339.958 em 30 de setembro de 2025).

A Companhia vem apresentando geração de caixa operacional negativo de R$ 710.965 e prejuízo de R$ 80.423 em 30 de setembro de 2026 (caixa operacional negativo R$ 383.388 e prejuízo de R$ 502.086, em 30 de setembro de 2025). Com objetivo de fortalecer seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

(i) Fortalecimento das ações de cobrança;
(ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e aval da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo, conforme apresentado nas notas explicativas n° 13 - Empréstimos e financiamentos e 14 - Debêntures. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia; e
(iii) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.3 Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da CEEE-D

A área de concessão sob responsabilidade da Companhia está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Em 28 de julho de 2025 ocorreu um evento climático que atingiu toda a área de concessão, com desligamento de 430 mil clientes no seu momento mais crítico. A normalização total do atendimento ocorreu em 04 de agosto de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema.

Em 07 de novembro de 2025 um ciclone extratropical com rajadas de vento de até 100km/h atingiu a área de concessão da Companhia. Este evento ocasionou desligamentos em parte da concessão, chegando a 200 mil clientes desligados no seu momento mais crítico, aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento em toda área de concessão foi normalizado em 11 de novembro de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema.

Em 06 e 07 de agosto de 2026, a área de concessão da Companhia foi impactada por um evento climático severo associado à formação de um ciclone extratropical, posteriormente caracterizado como "ciclone-bomba", que ocasionou ventos intensos, chuvas e danos à infraestrutura em diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. O evento afetou 34 dos 72 municípios da área de concessão da Companhia e provocou interrupções no fornecimento de energia elétrica e, em seu momento mais crítico, aproximadamente 375 mil unidades consumidoras tiveram o fornecimento interrompido na área de atuação da Companhia.

A Companhia acionou seu plano de contingência, mobilizando mais de 500 equipes próprias e terceirizadas, além de recursos adicionais para atendimento das ocorrências e recomposição do sistema elétrico. As ações implementadas tiveram como objetivo restabelecer o fornecimento de energia aos consumidores afetados no menor prazo possível.

O atendimento foi substancialmente normalizado no dia 12 de agosto. Os danos identificados concentram-se, principalmente, em postes, cabos, transformadores e demais componentes da infraestrutura de distribuição atingidos pelo evento climático.

Em 20 e 21 de setembro de 2026, a área de concessão da Companhia foi novamente impactada por evento climático severo, com rajadas de vento superiores a 130 km/h, descargas atmosféricas, granizo e chuvas intensas, afetando os 72 munícipios da área de concessão, porém mais acentuado na região Sul do Estado. No momento mais crítico, aproximadamente 588 mil unidades consumidoras tiveram o fornecimento interrompido de maneira simultânea. A Companhia acionou seu plano de contingência no mais alto nível e mobilizou mais de 500 equipes próprias e terceirizadas. O fornecimento foi substancialmente normalizado em 05 de outubro de 2026. Os danos identificados concentram-se, principalmente, em postes, cabos, transformadores e demais componentes da infraestrutura de distribuição atingidos pelo evento climático.

Em 30 de setembro de 2026, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R$ 7.273 (R$ 8.218 em 30 de setembro de 2025).

Adicionalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou, em 2025, a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em situações de emergência e à comunicação com consumidores. A Companhia encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos. Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do período, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em decorrência da aplicação da referida resolução.

Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2026.

1.4 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária sobre o consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, cujos efeitos se iniciam em 2026, com período de transição até 2032. Posteriormente, foram publicadas as Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, o Decreto nº 12.955/2026 e a Resolução CGIBS nº 6/2026, que estabeleceram e regulamentaram aspectos relacionados à implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Aspectos operacionais e específicos da reforma ainda dependem de regulamentação complementar.

O exercício de 2026 corresponde ao período de teste operacional do novo modelo, no qual ocorrem os fatos geradores e aplicam-se as alíquotas previstas em lei. Nesse período, permanece exigível o cumprimento das obrigações acessórias, sendo dispensado o recolhimento do IBS e da CBS para os contribuintes que cumprirem essas obrigações. O PIS/Pasep e a Cofins permanecem integralmente exigíveis e eventual recolhimento de IBS e CBS será passível de compensação ou ressarcimento, nos termos da legislação aplicável.

Em 20 de julho de 2026, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Orientação Técnica CFC nº 1/2026, de caráter não vinculante, que não estabelece tratamento contábil prescritivo para o reconhecimento do IBS e da CBS durante o período de teste, atribuindo essa avaliação ao julgamento profissional. Nesse contexto, a Administração avaliou o cumprimento das obrigações acessórias aplicáveis até 30 de setembro de 2026 e concluiu não estar configurada, na data-base, obrigação presente com potencial de exigir a transferência de recursos econômicos, nos termos do CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Consequentemente, não foram reconhecidos os tributos incidentes sobre as operações de saída nem os correspondentes créditos tributários decorrentes das operações de entrada. Eventual descumprimento das obrigações acessórias poderá resultar na exigência do IBS e da CBS e/ou na

aplicação de penalidades, conforme aplicável, sendo os respectivos efeitos avaliados pela Administração à luz das circunstâncias existentes.

Quando a cobrança do IBS e da CBS se tornar efetiva, haverá mudança na forma de apresentação da receita. Diferentemente dos tributos atualmente apresentados como deduções da receita bruta, o IBS e a CBS não integrarão a receita, conforme o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, podendo afetar a comparabilidade das informações entre os exercícios.

A Administração permanece acompanhando a evolução da regulamentação e poderá revisar a avaliação contábil adotada à medida que novas definições sejam estabelecidas ou ocorram mudanças nas circunstâncias consideradas. Em 30 de setembro de 2026, a Reforma Tributária sobre o Consumo não produziu impactos relevantes sobre o reconhecimento e a mensuração das operações da Companhia.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2026.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis a essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026, resumidas no quadro abaixo, e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias, não tendo sido necessário alterar suas políticas contábeis nem realizar ajustes retrospectivos em decorrência de sua adoção.

Norma	Descrição da alteração	Impactos contábeis	Vigência
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 e CPC 40)	O IASB emitiu duas alterações às referidas normas, com igual vigência: (i) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece o momento da baixa (*derecognition*) de passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos de pagamento, com a introdução de opção contábil para reconhecer a extinção antes da entrega efetiva dos recursos quando atendidas condições determinadas, e a forma de análise dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros cujas taxas ou retornos estejam vinculados a metas ambientais, sociais e de governança (ASG), definindo se tais ativos qualificam-se para mensuração ao custo amortizado. Amplia, ainda, as exigências de divulgação relativas a participações societárias designadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos com cláusulas contingentes. (ii) Contratos que referenciam eletricidade dependente da natureza: aplica-se a contratos de compra e venda de energia de fontes cuja geração depende de condições naturais não controláveis (eólica e solar), tipicamente estruturados como contratos de longo prazo (*power purchase agreements* — PPAs). Esclarece a aplicação da exceção de "uso próprio" (*own-use*), permite a designação desses contratos como instrumentos de *hedge* em relações de fluxo de caixa e introduz novos requisitos de divulgação sobre seus efeitos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.	Sem impactos relevantes na aplicação inicial.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Promovem alterações de esclarecimento, simplificação e correção nas seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial (CPC 37), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas (CPC 36) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)).	Sem impactos relevantes.	01/01/2026

3.1.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Avaliação de possíveis impactos	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que todas as entidades classifiquem as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, e forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51/IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração, incluindo a reconciliação com o subtotal mais diretamente comparável. A norma introduz, ainda, novos requisitos para a agregação e desagregação de informações com base nas funções identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas. Foram feitas alterações de escopo restrito ao CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida do método indireto de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros, além de alterações consequentes em outras normas.	A Companhia iniciou a avaliação dos impactos do CPC 51/IFRS 18, que estão concentrados na apresentação, classificação e divulgação das demonstrações contábeis, não sendo esperados, com base na avaliação realizada até o momento, efeitos sobre o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. A implementação contempla: (i) mapeamento das receitas e despesas entre as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de tributos sobre o lucro e de operações descontinuadas; (ii) avaliação dos novos subtotais obrigatórios; (iii) identificação das medidas de desempenho definidas pela Administração e respectivas reconciliações; (iv) revisão dos critérios de agregação e desagregação; (v) adequação da demonstração dos fluxos de caixa; e (vi) preparação das informações comparativas de 2026.	01/01/2027
IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento)	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes. A IFRS 20 introduz o conceito de "diferença temporal" entre o momento em que a entidade fornece os bens ou serviços regulados e o momento em que os cobra dos clientes por meio das tarifas, exigindo o reconhecimento de ativo ou passivo regulatório e da correspondente receita ou despesa regulatória, mensurados por técnica baseada em fluxo de caixa descontado à taxa de juros regulatória. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	A Companhia está acompanhando a evolução da norma, cujos efeitos são potencialmente relevantes por atuar em atividade regulada por tarifas. Contudo, a avaliação dos impactos e a definição do tratamento contábil a ser adotado dependem do posicionamento do CPC quanto à recepção e à disciplina de aplicação da norma no Brasil. A Companhia ainda não concluiu a quantificação dos efeitos e adotará as medidas necessárias após a manifestação do referido órgão.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2029. A norma substituirá a IFRS 14 – Contas de Diferimento Regulatório. A norma ainda não foi recepcionada no Brasil, estando pendente de edição do pronunciamento correlato pelo CPC e de referendo pela CVM, dos quais dependerá a eventual permissão de adoção antecipada.

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	**18.003**	28.815
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**644.940**	437.250
Operações compromissadas	**183.395**	-
Subtotal de equivalentes de caixa	**828.335**	437.250
Total	**846.338**	466.065

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no período findo em 30 de setembro de 2026, equivale a 100,23% do CDI (101,57% em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimentos	**272.581**	868.154
Cotas de fundos de investimento FIDC	**17.073**	22.543
Total	**289.654**	890.697

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2026 equivale a 104,30% do CDI (102,02% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/09/2026				31/12/2025			
		Vencidos				Vencidos		
	A Vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	**194.156**	**117.092**	**371.256**	**682.504**	257.080	105.488	392.889	755.457
Industrial	**8.681**	**4.788**	**8.838**	**22.307**	9.610	2.144	10.425	22.179
Comercial	**65.288**	**26.113**	**103.801**	**195.202**	104.107	29.274	105.966	239.347
Rural	**16.046**	**9.890**	**31.673**	**57.609**	26.404	9.689	24.939	61.032
Poder público	**15.247**	**3.519**	**1.476**	**20.242**	13.430	1.795	775	16.000
Iluminação pública	**8.004**	**2.163**	**3.651**	**13.818**	12.022	2.470	3.470	17.962
Serviço público	**10.751**	**1.753**	**289**	**12.793**	4.387	1.403	234	6.024
Contas a receber de consumidores faturados	**318.173**	**165.318**	**520.984**	**1.004.475**	427.040	152.263	538.698	1.118.001
Residencial	**76.546**	**17.999**	**170.513**	**265.058**	83.433	16.733	160.926	261.092
Industrial	**1.840**	**256**	**4.158**	**6.254**	2.474	148	4.520	7.142
Comercial	**42.847**	**3.269**	**62.974**	**109.090**	45.808	3.966	67.223	116.997
Rural	**26.301**	**996**	**5.408**	**32.705**	26.771	830	4.666	32.267
Poder público	**77.856**	**186**	**249**	**78.291**	78.964	79	25	79.068
Iluminação pública	**38.780**	**747**	**1.001**	**40.528**	44.245	550	28	44.823
Serviço público	**316**	**2**	**52**	**370**	16	1	-	17
Parcelamentos (a)	**264.486**	**23.455**	**244.355**	**532.296**	281.711	22.307	237.388	541.406
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	**281.844**	**-**	**-**	**281.844**	284.340	-	-	284.340
Baixa renda (c)	**17.555**	**-**	**-**	**17.555**	19.305	-	-	19.305
Outras	**50.557**	**-**	**-**	**50.557**	38.167	-	-	38.167
Subtotal	**932.615**	**188.773**	**765.339**	**1.886.727**	1.050.563	174.570	776.086	2.001.219
(-) PECLD	**(58.935)**	**(38.160)**	**(564.298)**	**(661.393)**	(65.145)	(33.473)	(603.268)	(701.886)
Total	**873.680**	**150.613**	**201.041**	**1.225.334**	985.418	141.097	172.818	1.299.333
Circulante				**1.093.207**				1.163.475
Não circulante				**132.127**				135.858

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, cujo saldo acumulado totaliza R$ 173.682 em 30 de setembro de 2026 (R$ 182.077 em 31 de dezembro de 2025), a variação desse saldo no período, no montante líquido de R$ 8.395, representa o efeito reconhecido no resultado financeiro, conforme nota explicativa nº 25 – Resultado Financeiro;

(b) As contas a receber de consumidores não faturados, corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil; e

(c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

	31/12/2025	(Provisões)/ Reversões (b)	Baixas	30/09/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(425.314)	**(8.825)**	**46.643**	**(387.496)**
Parcelamentos	(238.568)	**(12.667)**	**6.842**	**(244.393)**
Contas a receber de consumidores não faturados	(6.739)	**(110)**	**-**	**(6.849)**
Outras (a)	(31.265)	**3.685**	**4.925**	**(22.655)**
Total	(701.886)	**(17.917)**	**58.410**	**(661.393)**

(a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e

(b) A movimentação líquida do período findo em 30 de setembro de 2026 gerou uma provisão líquida de R$ 17.917, decorrente de provisão de R$ 17.177, com impacto nos custos do serviço e despesas operacionais, e de provisão de R$ 740, com impacto no resultado financeiro, conforme notas explicativas nº 22 e nº 25, respectivamente. A Companhia revisou e atualizou a matriz de provisão utilizada na apuração da PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes. Não houve alteração da política contábil divulgada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, nem da metodologia de mensuração nela descrita. A alteração decorre da atualização dos parâmetros e premissas utilizados na elaboração da estimativa, caracterizando-se como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com efeitos reconhecidos prospectivamente e sem reapresentação de períodos anteriores.

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	30/09/2026
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	155.407	**106.094**	**(115.831)**	**17.871**	**-**	**-**	**163.541**
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	11.887	**(7.368)**	**(10.857)**	**226**	**-**	**-**	**(6.112)**
Rede básica (b)	68.501	**78.240**	**(41.300)**	**7.218**	**-**	**-**	**112.659**
Compra de energia CVA (c)	391.921	**125.639**	**(113.944)**	**41.652**	**-**	**-**	**445.268**
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(15.347)	**21.061**	**1.986**	**(806)**	**-**	**-**	**6.894**
Transp. Itaipú	6.286	**5.791**	**(2.500)**	**681**	**-**	**-**	**10.258**
Subtotal	618.655	**329.457**	**(282.446)**	**66.842**	**-**	**-**	**732.508**
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (e)	42.769	**72.761**	**11.275**	**9.588**	**-**	**-**	**136.393**
Neutralidade (f)	(46.589)	**(2.774)**	**37.313**	**(3.525)**	**-**	**-**	**(15.575)**
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(46.803)	**(23.442)**	**23.184**	**(440)**	**-**	**-**	**(47.501)**
Compensação créditos PIS/COFINS (g)	70	**-**	**71.865**	**(576)**	**-**	**(71.359)**	**-**
Risco hidrológico	(191.385)	**-**	**33.373**	**(8.016)**	**-**	**-**	**(166.028)**
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(6.856)	**-**	**5.373**	**(489)**	**(4.537)**	**-**	**(6.509)**
Outros	125.687	**(2.072)**	**13.959**	**10.844**	**-**	**-**	**148.418**
Subtotal	(123.107)	**44.473**	**196.342**	**7.386**	**(4.537)**	**(71.359)**	**49.198**
Total	495.548	**373.930**	**(86.104)**	**74.228**	**(4.537)**	**(71.359)**	**781.706**
Circulante							
Valores a receber	533.934	-	-	-	**-**	**-**	**973.625**
Valores a devolver	(362.830)	-	-	-	**-**	**-**	**(301.512)**
Efeito líquido ativo (passivo)	171.104	-	-	-	**-**	**-**	**672.113**
Não circulante							
Valores a receber	509.753	-	-	-	**-**	**-**	**152.324**
Valores a devolver	(185.309)	-	-	-	**-**	**-**	**(42.731)**
Efeito líquido ativo (passivo)	324.444	-	-	-	**-**	**-**	**109.593**
Efeito líquido total	495.548	-	-	-	**-**	**-**	**781.706**

(a) A conta de CDE foi impactada, no período, pelo fato de os custos da quota CDE Uso, estabelecidos conforme a REH nº 3.564, de 9 de dezembro de 2025, terem superado a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R$ 106.094;

(b) O saldo da CVA Rede Básica foi impactado pelo aumento na contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) para 2026, o que resultou em custos com a Rede Básica superiores à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2025 no valor de R$ 78.240;

(c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R$ 159.028; (ii); o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R$ 265.600 e (iii) o efeito positivo de R$ 19.067 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição positiva de R$ 125.639;

(d) A constituição positiva decorre, principalmente, da insuficiência da cobertura tarifária dos encargos setoriais ESS (Encargo de Serviço do Sistema), EER (Encargo de Energia de Reserva) e ERCAP (Encargo de Energia de Reserva de Capacidade) frente aos custos efetivamente incorridos pela distribuidora. O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, sendo o principal efeito a constituição positiva de R$ 21.061;

(e) A constituição ativa (positiva) de R$ 72.761 deve-se ao cenário de receitas com a venda no mercado de curto prazo do excedente de energia inferior aos custos decorrentes da Exposição financeira e cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário;

(f) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior (cobertura tarifária), ajustados pela taxa SELIC, conforme procedimentos de regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição negativa de R$ 2.774; e

(g) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 18 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B pelo IPCA deduzido do Fator X. A cada 5 anos é feita a Revisão Tarifária Periódica (RTP) sendo a próxima revisão em novembro de 2026, quando também é feito a revisão da base da Parcela B (custos gerenciáveis).

No mês de novembro de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3547, de 18 de novembro de 2025 foram reajustadas, em média, 19,53%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. Em vigor de 22 de novembro de 2025 a 21 de novembro de 2026.

Além dos efeitos acima descritos no período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia reconheceu o montante de R$ 55.298 (R$ 73.808 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R$ 26.689 (R$ 126.581 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de faturamento junto aos clientes e R$ 28.609 (R$ 52.773 negativos em 31 de dezembro de 2025) recebendo por meio da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

8 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas a seguir:

Companhias	Notas	30/09/2026 Ativo (Passivo)	30/09/2026 Efeito no resultado (Despesa)	31/12/2025 Ativo (Passivo)	30/09/2025 Efeito no resultado (Despesa)
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**1.330**	**4.821**	2.334	3.775
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**1.728**	**6.233**	748	5.174
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**506**	**1.852**	226	1.639
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**758**	**2.705**	307	1.982
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	**196**	**835**	70	638
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**1.743**	**6.523**	658	6.380
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	-	-	-	21
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	-	-	-	20
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	-	-	-	29
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	-	-	66
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	-	-	-	22
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	-	-	-	24
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	-	-	-	39
Total		**6.261**	**22.969**	4.343	19.809
Outros créditos a receber (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**1.194**	-	2.116	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**409**	-	1.786	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**727**	-	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**2.037**	-	107	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**2.308**	-	797	-
Total		**6.675**	-	4.806	-
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(3)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(3.222)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.309)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.169)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.706)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(3.079)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.413)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.692)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(j)	-	-	-	(1.736)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial – ICT	(e)	**(6.177)**	-	(115)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(d)	**(866)**	**(969)**	(2.342)	(674)
Equatorial Serviços S.A.	(f)	**(4.922)**	**(15.971)**	(5.874)	(22.067)
Total		**(11.965)**	**(16.940)**	(11.556)	(34.845)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(7.483)**	**(23.617)**	(4.323)	(16.667)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(2.141)**	**(6.451)**	(818)	(5.558)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(1.306)**	**(3.273)**	(344)	(2.434)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(528)**	**(1.968)**	(300)	(2.109)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	**(85)**	**(334)**	(43)	(622)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(2.359)**	**(6.236)**	(713)	(5.999)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(5)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(17)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(8)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(405)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(6)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(7)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	-	-	-	(10)
Instituto Equatorial	(k)	-	**(500)**	-	-
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(g)	-	-	(3.312)	(16.076)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência – EQTPREV		-	**(451)**	-	(139)
Total		**(13.902)**	**(42.830)**	(9.853)	(50.062)

Investimentos em serviço – (bens em comodato)		30/09/2026 Ativo	30/09/2026 Passivo	31/12/2025 Ativo	31/12/2025 Passivo
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(h)	**104**	**(104)**	107	(107)

(a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
(b) Os valores são provenientes da venda de materiais;
(c) Os valores são provenientes da compra de materiais;

(d) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet;
(e) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
(f) Os valores são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
(g) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a companhia (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval/fiança em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
(h) Relação de ativos cedidos em comodato de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
(i) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a setembro de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
(j) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas janeiro a setembro de 2025 dos serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa; e
(k) Refere-se ao reconhecimento de despesas com doações concedidas a parte relacionada, sem expectativa de contraprestação, registradas no resultado do período.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Presidente e Diretores. A remuneração global dos administradores foi fixada em até R$ 6.077, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2026 (R$ 6.100, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-emprego referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos estão apresentados na nota explicativa nº 20 – Planos de incentivo de longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025:

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Total Remuneração fixa anual	**533**	**1.714**	433	2.006
Salário ou Pró-labore	**521**	**1.674**	420	1.965
Benefícios diretos e indiretos	**12**	**40**	13	41
Total Remuneração variável	**-**	**918**	-	608
Total Remuneração baseada em ações	**382**	**1.066**	154	567
Benefícios pós emprego	**41**	**76**	-	-
Total	**956**	**3.774**	587	3.181

8.2 Garantias

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência - Ativos de contrato	Baixas	30/09/2026
Ativo financeiro	1.312.204	**48.367**	**387.618**	**(3.674)**	**1.744.515**
Obrigações especiais	(195.856)	**(7.113)**	**(1.446)**	**-**	**(204.415)**
Total	1.116.348	**41.254**	**386.172**	**(3.674)**	**1.540.100**

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		30/09/2026			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,22%	**7.155.043**	**(2.800.306)**	**(189.429)**	**4.165.308**
Total		**7.155.043**	**(2.800.306)**	**(189.429)**	**4.165.308**

		31/12/2025			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,44%	6.089.192	(2.570.325)	(184.137)	3.334.730
Total		6.089.192	(2.570.325)	(184.137)	3.334.730

10.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato	30/09/2026
Em serviço	6.089.192	**-**	**(88.674)**	**1.154.525**	**7.155.043**
(-) Amortização	(2.570.325)	**(283.147)**	**53.166**	**-**	**(2.800.306)**
Total em serviço	3.518.867	**(283.147)**	**(35.508)**	**1.154.525**	**4.354.737**
Obrigações especiais	(315.386)	**-**	**-**	**(17.036)**	**(332.422)**
(-) Amortização	131.249	**11.744**	**-**	**-**	**142.993**
Total em obrigações especiais	(184.137)	**11.744**	**-**	**(17.036)**	**(189.429)**
Total	3.334.730	**(271.403)**	**(35.508)**	**1.137.489**	**4.165.308**

10.2 Avaliação de *impairment*

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e considera, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Como resultado dessa análise a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. A revisão é realizada anualmente, na mesma data-base.

A Companhia vem acompanhando indicativos de perda por redução ao valor recuperável desde a última análise no exercício anterior, e para o período findo em 30 de setembro de 2026, não foram identificadas situações que exigissem novas análises.

11 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Adições (a)	Transferências		30/09/2026
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato (b)	1.477.329	**745.533**	**(1.154.525)**	**(387.618)**	**680.719**
(-) Provisão para perda de estoque e obras	(147.704)	**48.682**	**-**	**-**	**(99.022)**
Obrigações especiais	(113.835)	**(20.039)**	**17.036**	**1.446**	**(115.392)**
Total	1.215.790	**774.176**	**(1.137.489)**	**(386.172)**	**466.305**

(a) O montante de R$ 774.176 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no período. Deste total, R$ 649.762 impactaram o Caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 27.1 – Transações que não afetam caixa, R$ 12.603 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R$ 56.009 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R$ 7.120 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do IAS 23/CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 13 – Empréstimos e financiamentos e R$ 48.682, refere-se a reversão de provisão para perda de estoque; e

(b) A Companhia possui, em 30 de setembro de 2026, o saldo de almoxarifado de R$ 270.168 (R$ 364.460 em 31 de dezembro de 2025), classificados como ativos de contrato, referentes a materiais destinados a melhoria e expansão de rede tais como postes, cabos, medidores, religadores e transformadores.

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, uma vez que esses ativos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

	30/09/2026	31/12/2025
Suprimento de energia elétrica (a)	**237.323**	311.910
Encargos de uso da rede elétrica	**146.924**	122.169
Materiais e serviços	**222.449**	285.738
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	**11.965**	11.556
Total	**618.661**	731.373

(a) O saldo em 30 de setembro de 2026 apresentou uma redução de R$ 74.587 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R$ 28.069 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e (ii) redução de R$ 46.518 nas despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 52 dias (48 dias em 31 de dezembro de 2025).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas através de uma plataforma 100% digital que também é acessada pelo fornecedor para selecionar as faturas que deseja antecipar, e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A

Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 30 de setembro de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R$ 40.813 (R$ 60.757 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R$ 385.471 em 30 de setembro de 2026 (R$ 476.469 em 31 de dezembro de 2025). O prazo médio de pagamento destes títulos em 30 de setembro de 2026 é de 32 dias (36 dias em 31 de dezembro de 2025).

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

		30/09/2026		
	Custo da dívida (% a.a.)	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	0,98% até 1,85%	**837.044**	**522.040**	**1.359.084**
Subtotal		**837.044**	**522.040**	**1.359.084**
Moeda nacional				
PRÉ-FIXADO	2,35%	**62.179**	**241.928**	**304.107**
CDI	0,34% até 1,10%	**46.394**	**800.498**	**846.892**
IPCA	7,38%	**18.184**	**163.008**	**181.192**
Subtotal		**126.757**	**1.205.434**	**1.332.191**
Custo de transação		**(599)**	**(7.122)**	**(7.721)**
Total moeda nacional (R$)		**126.158**	**1.198.312**	**1.324.470**
Total		**963.202**	**1.720.352**	**2.683.554**

		31/12/2025		
	Custo da dívida (% a.a.)	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	1,85%	75.059	861.806	936.865
Subtotal		75.059	861.806	936.865
Moeda nacional				
PRÉ-FIXADO	2,35%	6.129	292.741	298.870
CDI	0,34% até 1,10%	30.695	804.899	835.594
IPCA	7,38%	17.576	169.949	187.525
Subtotal		54.400	1.267.589	1.321.989
Custo de transação		(599)	(7.572)	(8.171)
Total moeda nacional (R$)		53.801	1.260.017	1.313.818
Total		128.860	2.121.823	2.250.683

13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	53.801	1.260.017	75.059	861.806	2.250.683
Ingressos	-	-	-	495.500	495.500
Encargos	83.104	-	48.467	-	131.571
Variação monetária, cambial	1.503	20.596	(33.013)	7.815	(3.099)
Transferências	81.796	(81.796)	843.081	(843.081)	-
Amortizações de principal	(31.421)	-	(62.060)	-	(93.481)
Pagamentos de juros	(63.055)	-	(34.490)	-	(97.545)
Marcação a valor justo	(20)	(505)	-	-	(525)
Custo de transação (a)	450	-	-	-	450
Saldos em 30 de setembro de 2026	**126.158**	**1.198.312**	**837.044**	**522.040**	**2.683.554**

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de setembro de 2026, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	30/09/2026	
Vencimento	Valor	%
Circulante	**963.202**	**36%**
2027	**430.241**	**16%**
2028	**120.962**	**5%**
2029	**643.002**	**24%**
2030	**105.570**	**4%**
Após 2030	**427.699**	**15%**
Subtotal	**1.727.474**	**64%**
Custo de transação (não circulante)	**(7.122)**	**-**
Não circulante	**1.720.352**	**64%**
Total	**2.683.554**	**100%**

13.4 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

***Covenants* empréstimos**	*Bank of America*	***Citi**bank*	**Santander**	***S**cotiabank*
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**3,1**	**3,1**	**3,1**	**3,1**

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	30/09/2026 Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	-0,02% até 1,08%	**256.498**	**5.895.553**	**6.152.051**
IPCA	5,44% até 6,50%	**5.354**	**597.072**	**602.426**
Subtotal		**261.852**	**6.492.625**	**6.754.477**
Custo de transação		**(5.766)**	**(38.030)**	**(43.796)**
Total moeda nacional		**256.086**	**6.454.595**	**6.710.681**
Total		**256.086**	**6.454.595**	**6.710.681**

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025 Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	-0,02% até 1,08%	138.256	5.119.278	5.257.534
IPCA	5,44% até 6,50%	13.752	578.695	592.447
Subtotal		152.008	5.697.973	5.849.981
Custo de transação		(4.869)	(43.252)	(48.121)
Total moeda nacional		147.139	5.654.721	5.801.860
Total		147.139	5.654.721	5.801.860

14.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	147.139	5.654.721	5.801.860
Ingressos	**-**	**750.000**	**750.000**
Encargos	**564.352**	**-**	**564.352**
Transferências	**(5.222)**	**5.222**	**-**
Pagamento de juros	**(454.508)**	**-**	**(454.508)**
Variação monetária, cambial	**-**	**59.668**	**59.668**
Marcação a valor justo (a)	**-**	**(15.016)**	**(15.016)**
Custo de transação (b)	**4.325**	**-**	**4.325**
Saldos em 30 de setembro de 2026	**256.086**	**6.454.595**	**6.710.681**

(a) O saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e

(b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	30/09/2026 Valor	%
Circulante	**256.086**	**4%**
2028	**407.978**	**6%**
2029	**1.481.325**	**22%**
2030	**1.365.000**	**20%**
Após 2030	**3.238.322**	**49%**
Subtotal	**6.492.624**	**97%**
Custo de transação (não circulante)	**(38.030)**	**(1%)**
Não circulante	**6.454.595**	**96%**
Total	**6.710.681**	**100%**

14.4 *Covenants* das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	(1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª debêntures)
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,1

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e *EBITDA* contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
ICMS	**32.389**	44.033
ICMS parcelamento (a)	**235.703**	146.557
PIS e COFINS	**29.225**	25.617
Parcelamento Federal	**15.741**	14.520
ISS	**5.379**	4.690
Outros	**10.912**	14.162
Subtotal	**329.349**	249.579
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	**1.812.766**	2.611.000
Parcelamento Federal	**7.871**	19.360
Subtotal	**1.820.637**	2.630.360
Total	**2.149.986**	2.879.939

(a) Em 7 de dezembro de 2020, por meio do Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, a CEEE-D transferiu à sua controladora, CEEE-Par, a obrigação de pagamento de débitos de ICMS no montante de R$ 2.778.735, mediante capitalização dos créditos correspondentes na CEEE-D. Esses débitos foram parcelados junto à SEFAZ/RS no Programa REFAZ Energia Elétrica (Decreto nº 55.577/2020), em 180 parcelas mensais atualizadas pela Selic, com possibilidade de redução de 60% dos juros e da multa em caso de quitação antecipada.

Em 30 de abril de 2026, a Companhia migrou R$ 911.460 desse parcelamento para o Programa de Transação Tributária Acordo Gaúcho (Lei Estadual nº 16.241/2024). O programa prevê redução de 75% dos juros e das multas, e a migração gerou benefício de R$ 354.583, reconhecido no resultado do período. Em 30 de setembro de 2026, o saldo de ICMS parcelado é de R$ 2.048.469, sendo R$ 1.909.466 do REFAZ e R$ 139.003 do Acordo Gaúcho. Ainda nos termos da transação celebrada, a liquidação do saldo ocorreu mediante pagamento de 40% em espécie, em quatro parcelas mensais, e quitação dos 60% remanescentes ocorrerá por meio de compensação com precatórios estaduais.

Na hipótese de a empresa optar pela quitação antecipada no âmbito do REFAZ Energia, os valores correspondentes são os apresentados a seguir:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	**1.054.559**	**-**	**1.054.559**
Multa	**210.912**	**(126.547)**	**84.365**
Juros	**782.998**	**(469.799)**	**313.199**
Total	**2.048.469**	**(596.346)**	**1.452.123**

15.1 Cronograma de pagamento dos parcelamentos de ICMS

Expectativa de ICMS parcelamento a recolher	30/09/2026	
	Valor	%
Circulante	**235.703**	**12%**
2027	**18.167**	**1%**
2028	**75.889**	**4%**
2029	**81.041**	**4%**
2030	**143.804**	**7%**
Após 2030	**1.493.865**	**72%**
Não circulante	**1.812.766**	**88%**
Total	**2.048.469**	**100%**

16 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

16.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) reconhecida no resultado, nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	01/07/2026 a 30/09/2026		01/01/2026 a 30/09/2026		01/07/2025 a 30/09/2025		01/01/2025 a 30/09/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(113.004)**	**(113.004)**	**(80.423)**	**(80.423)**	(263.376)	(263.376)	(502.086)	(502.086)
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	**28.251**	**10.170**	**20.106**	**7.238**	65.844	23.704	125.522	45.188
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Outras (adições) exclusões permanentes	**(472)**	**(73)**	**(1.295)**	**(190)**	514	215	6.121	2.260
Atualização de Indébito Tributário	**3.250**	**1.169**	**58.996**	**21.238**	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base Negativa não reconhecidos	**(31.029)**	**(11.266)**	**(77.807)**	**(28.286)**	(66.358)	(23.919)	(131.643)	(47.448)
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	-

16.2 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresentou o saldo de R$ 3.214.718 (R$ 3.108.528 em 31 de dezembro de 2025) a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

	30/09/2026		31/12/2025	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	**9.091.789**	**2.272.947**	8.405.113	2.101.278
Base negativa de CSLL	**9.098.205**	**818.838**	8.409.460	756.851
Diferenças temporárias	**361.568**	**122.933**	736.466	250.398
Total		**3.214.718**		3.108.528

A Companhia realizou a revisão das bases de prejuízo fiscal e negativa de CSLL, promovendo a atualização dos respectivos valores para refletir adequadamente os saldos fiscais apurados.

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

17 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes além de embasar nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
Cíveis	**387.422**	**10.379**	365.577	8.915
Fiscais	**-**	**1.987**	-	212
Trabalhistas	**540.090**	**217.221**	520.348	206.152
Regulatórias	**88.929**	**-**	80.536	-
Ambientais	**44.106**	**-**	40.480	-
Total	**1.060.547**	**229.587**	1.006.941	215.279
Circulante	**425.912**	**-**	409.941	4.887
Não circulante	**634.635**	**229.587**	597.000	210.392

17.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2025	30/09/2026				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	365.577	**32.218**	**(27.880)**	**(15.289)**	**32.796**	**387.422**
Trabalhistas	520.348	**50.633**	**(61.971)**	**(18.876)**	**49.956**	**540.090**
Regulatórias	80.536	**-**	**-**	**-**	**8.393**	**88.929**
Ambientais	40.480	**-**	**-**	**(45)**	**3.671**	**44.106**
Total	1.006.941	**82.851**	**(89.851)**	**(34.210)**	**94.816**	**1.060.547**

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas no período; e
(3) As provisões são atualizadas monetariamente pelos índices aplicáveis a cada natureza de processo, conforme a legislação e as decisões judiciais vigentes.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No período findo em 30 de setembro de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	30/09/2026	31/12/2025
Cíveis	**117.069**	109.482
Fiscais	**102.643**	94.722
Trabalhistas	**6.659**	6.395
Total	**226.371**	210.599

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos:

i) Cíveis

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação indenizatória movida por Banco Master (Banco Máxima) em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R$ 290.701 (R$ 266.898 em 31 de dezembro de 2025). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes. O pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2026 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 117.069 (R$ 109.482 em 31 de dezembro de 2025) para as quais não foi constituída provisão. Desse montante, destaca-se o processo que envolve ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R$ 82.832 (R$ 75.868 em 31 de dezembro de 2025). O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite. Referente à esta ação rescisória, na data de 01 de junho de 2026, houve publicação de decisão favorável à Companhia, julgando procedente a ação rescisória movida pela Companhia e, consequentemente, improcedente a ação indenizatória movida pelo Banco. Desta decisão, ainda cabe recurso pela parte adversa.

ii) Trabalhistas

Os processos, cuja possibilidade de perda é avaliada como provável pela Administração, com base na avaliação, estão no montante de R$ 540.090 em 30 de setembro de 2026 (R$ 520.348 em 31 de dezembro de 2025) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Existem outros processos trabalhistas cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2026 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 6.659 (R$ 6.395 em 31 de dezembro de 2025) para as quais não foi constituída provisão.

iii) Regulatórios

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, o valor de R$ 78.433, em 30 de setembro de 2026 (R$ 70.958 em 31 de dezembro de 2025), refere-se às multas aplicadas pela AGERGS, Auto de infração 01/2022 - Multa regulatória por não apresentar as informações solicitadas no prazo determinado pelo agente de fiscalização; Auto de infração 02/2022 - Multa regulatória após fiscalização em campo por deixar de cumprir ao disposto nos Procedimentos de Distribuição; e Auto de infração 06/2023 - Multa regulatória após fiscalização da qualidade do Fornecimento.

18 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais.

Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, a Companhia reconheceu créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade.

Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pela Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período.

No segundo trimestre de 2026, a Companhia reconheceu um incremento de créditos tributários decorrentes da tese de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R$ 440.963 ativo, passivo de R$ 362.445 e efeito líquido do resultado no montante de R$ 78.518. O reconhecimento decorre da atualização das apurações e das premissas adotadas para mensuração do ativo tributário.

	30/09/2026	31/12/2025
Saldo inicial	**241.410**	230.478
Incremento do principal	**185.760**	-
Atualização monetária	**197.998**	14.934
Compensação	**(71.359)**	(4.002)
Saldo final	**553.809**	241.410
Passivo		
Circulante	**158.859**	86.609
Não circulante	**394.950**	154.801
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**553.809**	241.410

18.1 Expectativa de PIS/COFINS a recuperar

A Companhia possui o montante de R$ 776.941 em impostos e contribuições a recuperar, dos quais R$ 317.106 estão classificados no ativo circulante e R$ 459.835 no ativo não circulante. Desse total, R$ 620.930 referem-se a PIS/COFINS a recuperar decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. Esse valor está líquido das compensações com tributos federais e foi reconhecido após a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com base no trânsito em julgado da ação. A expectativa de realização desses créditos foi estimada conforme os critérios da Lei nº 14.385/2022, como demonstrado a seguir:

	30/09/2026	
	Valor	%
Circulante	**248.027**	**40%**
2027	**62.006**	**10%**
2028	**310.897**	**50%**
Não circulante	**372.903**	**60%**
Total	**620.930**	**100%**

19 Patrimônio líquido negativo

19.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 3.385.861 (R$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2025), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, e o capital autorizado é de R$ 3.885.861 (R$ 3.885.861 em 31 de dezembro de 2025). As ações, nominativas e sem valor nominal, e principais acionistas estão demonstrados a seguir:

	30/09/2026			
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	**64.920.583**	**1.087**	**64.921.670**	**95,12%**
AXIA Energia S.A.	**3.067.033**	**87.638**	**3.154.671**	**4,62%**
Outros	**103.300**	**75.289**	**178.589**	**0,26%**
Total (a)	**68.090.916**	**164.014**	**68.254.930**	**100,00%**

a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 30 de setembro de 2026.

19.2 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir concilia o prejuízo do período com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	01/07/2026 a 30/09/2026			01/01/2026 a 30/09/2026		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Prejuízo do período	**(112.732)**	**(272)**	**(113.004)**	**(80.230)**	**(193)**	**(80.423)**
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	**68.091**	**164**	**68.255**	**68.091**	**164**	**68.255**
Resultado básico e diluído por ação (em R$)	**(1,65561)**	**(1,65561)**	**(1,65561)**	**(1,17827)**	**(1,17827)**	**(1,17827)**

	01/07/2025 a 30/09/2025			01/01/2025 a 30/09/2025		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Prejuízo do período	(262.743)	(633)	(263.376)	(500.880)	(1.206)	(502.086)
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	68.091	164	68.255	68.091	164	68.255
Resultado básico e diluído por ação (em R$)	(3,85871)	(3,85871)	(3,85871)	(7,35603)	(7,35603)	(7,35603)

Em 30 de setembro de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

20 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A. Instituiu planos de incentivo aos colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

20.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o período

	Número de Opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Em opções	30/09/2026	30/09/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1º de janeiro	**112.500**	**-**	112.500	26,04
Encerramento ao fim do período/exercício 6ª Outorga	**-**	**25,34**	112.500	25,73
Existentes ao fim do período/exercício	**112.500**	**-**	112.500	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 30 de setembro de 2026 era de 4,50 anos (4,00 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período findo em 30 de setembro de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período findo em 30 de setembro de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Premissas	30/09/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R$)	**12,53**	11,92
Rendimento de dividendos (%)	**Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas**	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	**30,72%**	31,77
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	**12,31%**	10,30
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	**4,50**	4,00
Média ponderada do preço das ações (R$)	**33,05**	33,05
Modelo utilizado	*Black-Scholes*	*Black-Scholes*

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de setembro de 2026 foi de R$ 95 (R$ 223 em 30 de setembro de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data base.

20.2 Plano de outorga de "*Phantom Shares*".

A Companhia possui três contratos ativos de "*Phantom Shares*" referentes aos anos de 2023, 2025 e 2026.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 30 de setembro de 2026, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
Em ações	30/09/2026	30/09/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1º de janeiro	**221.528**	**38,41**	172.452	31,60
Canceladas/ transferidas durante o período/exercício (a)	**(48.926)**	**-**	(13.242)	-
Outorgadas durante o período/exercício	**99.735**	**-**	117.318	-
Pagamentos durante o período/exercício	**(32.500)**	**-**	(55.000)	-
Existentes ao fim do período/exercício	**239.837**	**45,58**	221.528	38,41

a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membros do mesmo grupo econômico.

O Plano de 2019 esteve atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários tiveram direito de receber, do qual dependeu da TIR obtida no projeto vinculado às suas metas de performance. As quantidades de ações para esse plano puderam variar conforme o desempenho, sendo multiplicadas por um percentual entre 90% e 110%. O referido plano foi encerrado em maio de 2026.

Para os planos de 2023, 2025 e 2026, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. No período findo em 30 de setembro de 2026, foi reconhecida uma despesa de R$ 3.158 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (provisão de R$ 2.822 em 30 de setembro de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

20.3 Plano de Outorga de "*Matching Shares*"

As Ações *Matching Shares* referentes ao Programa de 2024 serão entregues aos participantes em quatro *tranches* iguais, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total em cada data de aniversário da outorga. A entrega ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados de cada data de cumprimento do respectivo período de carência.

As Ações *Matching Shares* referentes aos Programas de 2025 e 2026 foram entregues aos participantes na Data de Outorga, permanecendo bloqueadas até o cumprimento do respectivo

período de carência. O desbloqueio ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados da data de cumprimento da carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
Em ações	30/09/2026	30/09/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1º de janeiro	**8.201**	**-**	-	-
Outorgadas durante o período/exercício	**18.660**	**40,44**	8.201	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	**8.201**	**32,22**	8.201	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 3ª Outorga	**18.660**	**40,44**	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	**26.861**	**37,93**	8.201	32,22

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de setembro de 2026 foi de R$ 218 (R$ 24 no período findo em 30 de setembro de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o período que é avaliado em cada data base.

21 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita de distribuição (a)	**1.410.553**	**4.707.691**	1.257.918	4.011.063
Remuneração financeira *WACC* (b)	**4.861**	**15.066**	7.802	21.642
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	**121.314**	**287.826**	319.847	459.035
Subvenção CDE - Outros (d)	**86.735**	**293.219**	54.759	164.279
Fornecimento de energia elétrica	**1.623.463**	**5.303.802**	1.640.326	4.656.019
Suprimento de energia elétrica (e)	**25.560**	**51.704**	33.135	77.814
Receita pela disponibilidade - uso da rede (f)	**193.480**	**633.256**	181.370	584.525
Receita de construção	**204.441**	**794.215**	385.976	996.478
Atualização do ativo financeiro da concessão	**1.971**	**41.254**	6.541	53.404
Outras receitas (h)	**143.812**	**595.909**	40.172	131.974
Receita operacional bruta	**2.192.727**	**7.420.140**	2.287.520	6.500.214
Deduções				
ICMS sobre venda de energia elétrica	**(266.424)**	**(883.406)**	(246.906)	(765.458)
PIS e COFINS	**(130.784)**	**(506.690)**	(126.252)	(408.246)
Encargos do consumidor	**(13.349)**	**(42.521)**	(13.493)	(38.969)
ISS	**(12)**	**(21)**	(50)	(118)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (g)	**(278.067)**	**(834.155)**	(230.874)	(614.837)
Penalidades DIF/FIC e outras	**(8.599)**	**(38.649)**	(36.710)	(70.782)
Deduções da receita operacional	**(697.235)**	**(2.305.442)**	(654.285)	(1.898.410)
Receita operacional líquida	**1.495.492**	**5.114.698**	1.633.235	4.601.804

(a) No terceiro trimestre de 2026, o mercado fio B total do RS apresentou retração em relação ao mesmo período de 2025, enquanto a energia faturada no mercado livre manteve crescimento. O mercado fio B recuou 1,8% no trimestre e avançou 0,5% no acumulado do ano, enquanto a energia faturada no mercado livre cresceu 8,6% e 10,5%, respectivamente. Cabe destacar que vigora desde 22 de novembro de 2025 o Reajuste Tarifário Anual da CEEE Equatorial, aprovado pela ANEEL com efeito médio de 19,53% nas tarifas de energia elétrica;

(b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (*WACC*) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;

(c) A variação negativa de R$ 171.209 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R$381.714; (ii) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, de os movimentos se mantiveram ativos, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R$ 174.175 quando comparado com o exercício anterior; (iii) efeito positivo de R$ 34.105 em CVA da Bandeira; e (iv) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R$ 2.224;

(d) O aumento do subsídio tarifário no acumulado até o 3º trimestre 2026, em comparação com o mesmo período anterior, está associado ao crescimento do mercado livre que adquire energia de fonte incentivada e do crescimento dos consumidores do Sistema de Compensação de

Energia Elétrica. Além disso, é importante destacar o efeito do Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2025, vigente a partir de novembro de 2025, que estabeleceu um reajuste médio de 19,53% nas tarifas de energia elétrica;

(e) A receita de suprimento de energia elétrica diminuiu em 30 de setembro de 2026 em razão da diminuição da venda de energia no Mercado de Curto Prazo na CCEE. No III trimestre de 2026 foram vendidos 180.827 MWh ante a venda de 225.037 MWh no III trimestre de 2025;

(f) A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II e III, representando aumento dos consumidores que injetam energia na rede da distribuidora e reduzem seu valor de fatura, que é subvencionado via aporte CDE;

(g) A variação observada na linha de Conta de Desenvolvimento Energético-CDE USO decorre, principalmente, da atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao período de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. Essa variação é composta por: (i) aumento de R$ 158.856 para CDE USO; e (ii) aumento de R$ 60.462 na CDE GD. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora; e

(h) A variação ocorreu, principalmente, em virtude do Programa de Transação Tributária "Acordo Gaúcho", realizado em abril de 2026, que gerou um benefício de R$ 354.583, conforme descrito na nota explicativa nº 15 - Impostos e contribuições a recolher e R$ 80.816 que ocorreu pela compensação de precatórios estaduais.

22 Custo do serviço e despesas operacionais

	01/07/2026 a 30/09/2026					01/01/2026 a 30/09/2026				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total
Pessoal	**(10.670)**	**(8.729)**	**(13.213)**	**-**	**(32.612)**	**(32.741)**	**(28.022)**	**(42.539)**	**-**	**(103.302)**
Material	**(3.688)**	**(497)**	**(1.976)**	**-**	**(6.161)**	**3.107**	**(1.011)**	**(2.770)**	**-**	**(674)**
Serviços de terceiros	**(40.007)**	**(33.916)**	**(31.985)**	**-**	**(105.908)**	**(135.424)**	**(107.837)**	**(97.173)**	**-**	**(340.434)**
Custos com energia elétrica	**(825.142)**	**-**	**-**	**-**	**(825.142)**	**(2.560.028)**	**-**	**-**	**-**	**(2.560.028)**
Custo de construção	**(204.441)**	**-**	**-**	**-**	**(204.441)**	**(794.215)**	**-**	**-**	**-**	**(794.215)**
PECLD- nota explicativa nº 6.2	**-**	**-**	**-**	**469**	**469**	**-**	**-**	**-**	**(17.177)**	**(17.177)**
Provisão para riscos judiciais	**-**	**-**	**(9.003)**	**-**	**(9.003)**	**-**	**-**	**(48.641)**	**-**	**(48.641)**
Amortização	**(42.186)**	**-**	**(31.251)**	**-**	**(73.437)**	**(231.830)**	**-**	**(40.757)**	**-**	**(272.587)**
Outros	**(248)**	**150**	**(1.547)**	**1.988**	**343**	**(400)**	**(549)**	**(8.712)**	**(5.264)**	**(14.925)**
Total	**(1.126.382)**	**(42.992)**	**(88.975)**	**2.457**	**(1.255.892)**	**(3.751.531)**	**(137.419)**	**(240.592)**	**(22.441)**	**(4.151.983)**

	01/07/2025 a 30/09/2025					01/01/2025 a 30/09/2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(10.959)	(9.846)	(9.601)	-	(30.406)	(34.195)	(30.379)	(28.709)	-	(93.283)
Material	(3.324)	(453)	(462)	-	(4.239)	(9.588)	(1.489)	(1.160)	-	(12.237)
Serviços de terceiros	(70.261)	(36.106)	(21.529)	-	(127.896)	(198.178)	(101.184)	(55.613)	-	(354.975)
Custos com energia elétrica	(903.904)	-	-	-	(903.904)	(2.469.680)	-	-	-	(2.469.680)
Custo de construção	(385.976)	-	-	-	(385.976)	(996.478)	-	-	-	(996.478)
PECLD - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(33.884)	(33.884)	-	-	-	(69.108)	(69.108)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(8.801)	-	(8.801)	-	-	(46.495)	-	(46.495)
Amortização	(44.382)	-	(14.326)	-	(58.708)	(152.453)	-	(18.695)	-	(171.148)
Outros	(131)	(940)	(891)	9.352	7.390	(634)	(2.421)	(5.341)	8.052	(344)
Total	(1.418.937)	(47.345)	(55.610)	(24.532)	(1.546.424)	(3.861.206)	(135.473)	(156.013)	(61.056)	(4.213.748)

23 Custos com energia elétrica

	01/07/2026 a 30/09/2026		01/01/2026 a 30/09/2026		01/07/2025 a 30/09/2025		01/01/2025 a 30/09/2025	
	GWh (*)	R$	GWh (*)	R$	GWh (*)	R$	GWh (*)	R$
Energia de leilão	**1.222**	**(322.070)**	**3.710**	**(918.416)**	1.227	(399.357)	3.668	(1.000.809)
Contratos Eletronuclear	**41**	**(13.202)**	**127**	**(51.606)**	72	(23.251)	215	(69.935)
Contratos cotas de garantias	**198**	**(73.906)**	**643**	**(196.913)**	238	(80.782)	772	(190.851)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (a)	**-**	**(45.573)**	**-**	**(142.604)**	-	(38.357)	-	(103.279)
Energia bilateral	**7**	**(4.026)**	**13**	**(9.129)**	8	(3.991)	20	(9.047)
Energia de curto prazo – CCEE (b)	**-**	**(46.961)**	**-**	**(406.518)**	-	(71.700)	-	(275.487)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	**35**	**(22.977)**	**104**	**(68.929)**	36	(25.432)	106	(76.297)
Itaipu (c)	**349**	**(91.727)**	**1.035**	**(259.885)**	362	(97.874)	1.070	(277.117)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	**-**	**79.322**	**-**	**251.219**	-	79.111	-	228.584
Geração distribuída (d)	**-**	**4.232**	**-**	**32.390**	-	(1.109)	-	(12.465)
Subtotal	**1.852**	**(536.888)**	**5.632**	**(1.770.391)**	1.943	(662.742)	5.851	(1.786.703)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	**-**	**(288.254)**	**-**	**(789.637)**	-	(241.162)	-	(682.977)
Total	**1.852**	**(825.142)**	**5.632**	**(2.560.028)**	1.943	(903.904)	5.851	(2.469.680)

(a) O aumento nas despesas associada ao ESS no período findo em 30 de setembro de 2026 deve-se ao aumento no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito quando a geração de energia solar diminui ao final do dia, o que faz o ONS despachar usina térmica, ocasionando aumento dos pagamentos associados a este encargo e além do aumento do Encargo de Energia de Reserva para pagar as usinas do PCS;

(b) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R$ 131.031, em virtude do aumento da despesa dos itens que compõe o Mercado de Curto prazo no período findo em 30 de setembro de 2026 em relação a 30 de setembro de 2025;

(c) A variação refere-se aos custos do contrato da Usina de Itaipu e aos seus efeitos na liquidação na CCEE, no âmbito do Mercado de Curto Prazo; que apresentaram uma redução de volume contratado de 3,27% e redução da despesa em 6,22%;

(d) Os valores referem-se à compensação de créditos de energia gerados por consumidores antes da aplicação da Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025. Tais créditos, constituídos com base na energia excedente injetada por unidades de microgeração e minigeração distribuída, são valorados pelo Preço Médio de Compra de Energia (PMIX). A Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025 alterou os Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) para incorporar os efeitos da energia injetada pela MMGD na apuração da energia requerida e das perdas não técnicas. A partir da aplicação da nova metodologia no processo tarifário da Companhia, os efeitos associados à energia injetada passaram a ser refletidos na cobertura tarifária de compra de energia e na respectiva CVA. Consequentemente, a variação apresentada no período decorre da baixa das obrigações anteriormente reconhecidas, à medida que os créditos constituídos antes da aplicação da nova metodologia tarifária são compensados pelos consumidores ou extintos nos termos da regulamentação aplicável; e

(e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, referentes à utilização da Rede Básica e demais instalações de transmissão compartilhadas entre distribuidoras. No período findo em 30 de setembro de 2026, os custos estão associados às tarifas estabelecidas para os ciclos 2025/2026 e 2026/2027, homologadas por meio da REH nº 3.481/2025 e REH nº 2.268/2026, com vigência de julho de 2025 a junho de 2026 e de julho de 2026 a junho de 2027, respectivamente.

(*) não revisado.

24 Outras despesas operacionais, líquidas

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Perdas pela desativação de bens e direitos (a)	**(16.390)**	**(190.995)**	(29.843)	(67.497)
Indenização por danos a terceiros	**(1.889)**	**(7.719)**	(2.659)	(8.443)
Provisão (reversão) para perda de estoque (b)	**(10.125)**	**48.682**	(4.617)	36.548
Reversão (baixa) de recebíveis incobráveis (c)	**4.668**	**3.336**	(1.100)	(2.437)
Outras despesas operacionais (d)	**(4.431)**	**(7.061)**	(9.850)	(6.269)
Total	**(28.167)**	**(153.757)**	(48.069)	(48.098)

(a) Estes saldos referem-se, principalmente, a baixas de poste, condutores, religadores e transformadores, que foram baixados por estarem danificados por ações climáticas ou através do uso e findando sua vida útil;

(b) A Companhia realiza avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão;

(c) No período findo em 30 de setembro de 2026 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R$ 55.287 e R$ 58.623 (sendo R$ 58.410 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2 - Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, e R$ 213 de outros créditos a receber), resultando em um montante líquido de R$ 3.336; e

(d) O saldo de outras despesas operacionais, líquidas, é composto, principalmente, por despesas com inventário de bens, no montante de R$ 6.232, propaganda e publicidade, no montante de R$ 5.961, e outras despesas diversas, no montante de R$ 4.628. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo ganho de R$ 2.619 decorrente do Programa de Transação Tributária "Acordo Gaúcho", conforme nota explicativa nº 21 – Receita operacional líquida, e outras receitas, no valor de R$ 7.141.

25 Resultado financeiro

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	**47.992**	**140.980**	45.542	112.010
Valores a receber/devolver parcela A	**42.875**	**117.367**	27.607	71.121
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	**(1.917)**	**213.923**	(34.998)	90.037
Acréscimo moratório de energia vendida	**3.568**	**30.961**	21.589	105.866
Receita financeira de AVP	**7.012**	**18.797**	4.213	10.312
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(4.909)**	**(24.871)**	(4.969)	(14.043)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**1.168**	**2.020**	912	2.932
Variação monetária e cambial (d)	**(2.964)**	**85.636**	27.875	143.742
Marcação a valor justo (e)	**(47.267)**	**106.736**	38.739	99.067
Reversão de PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	**5.597**	**6.131**	-	-
Outras receitas financeiras (c)	**21.812**	**265.889**	18.947	47.880
Total	**72.967**	**963.569**	145.457	668.924
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	**(253.379)**	**(693.578)**	(195.345)	(504.978)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	**1.457**	**(367.441)**	(75.438)	(408.686)
Valores a receber/devolver parcela A	**(17.197)**	**(43.139)**	(18.921)	(53.520)
Variação monetária e cambial (d)	**(771)**	**(142.205)**	(6.849)	(61.526)
Marcação a valor justo (e)	**(6.252)**	**(91.195)**	(2.905)	(3.051)
Despesa financeira de AVP	**-**	**(10.402)**	(100)	(17.566)
Atualização de contingências	**(31.855)**	**(94.816)**	(27.600)	(88.832)
Multas	**-**	**(790)**	(2.567)	(44.755)
Juros, multas s/ operação de energia	**(12)**	**(62)**	(71)	(350)
Despesa com aval	**-**	**(3.312)**	-	(16.076)
Encargos sobre déficit atuarial	**(22.541)**	**(67.621)**	(24.274)	(72.821)
Juros, multas s/ impostos	**(39.292)**	**(143.650)**	(65.105)	(178.475)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	**(6.148)**	**(6.871)**	(558)	(558)
Outras despesas financeiras (c)	**(21.414)**	**(187.868)**	(27.842)	(59.774)
Total	**(397.404)**	**(1.852.950)**	(447.575)	(1.510.968)
Efeito líquido total	**(324.437)**	**(889.381)**	(302.118)	(842.044)

(a) O aumento da receita reflete o maior saldo médio de caixa e aplicações no período (+24%), com CDI acumulado semelhante (10,50% e 10,37%);

(b) Despesa líquida de R$ 153.518 (R$ 318.649 em 2025). A redução decorre da queda menor do dólar no período (5,84%, de R$ 5,50 para R$ 5,18, ante 14,11% em 2025, de R$ 6,19 para R$ 5,32), que reduziu a perda dos swaps cambiais. Esse efeito é compensado pela variação cambial das dívidas protegidas;

(c) A variação entre os períodos, se deu, principalmente, pelo reconhecimento de incremento de créditos tributários, onde R$ 211.057 foram reconhecidos em outras receitas e R$ 132.539 reconhecidos em outras despesas, conforme apresentado na nota explicativa nº 18 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores;

(d) Despesa líquida de R$ 56.569 relacionada a atualização das dívidas indexadas ao IPCA (R$ 81.766), ampliada pelo aumento da exposição das dívidas ao IPCA a partir de julho de 2025, superou o ganho cambial de R$ 25.198 com a queda do dólar (de R$ 5,50 para R$ 5,18); e

(e) O saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas n° 13.4 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e n° 14.4 *Covenants* das debêntures.

26.2 Estratégia de utilização de derivativos

A Companhia realiza *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

26.3 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante nocional, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

26.4 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 30 de setembro de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

			30/09/2026		31/12/2025	
Ativo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**289.654**	**289.654**	890.697	890.697
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	**1.225.334**	**1.225.334**	1.299.333	1.299.333
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	**25.209**	**25.209**	11.513	11.513
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	**781.706**	**781.706**	495.548	495.548
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	**1.540.100**	**1.540.100**	1.116.348	1.116.348
Total			**3.862.003**	**3.862.003**	3.813.439	3.813.439

			30/09/2026		31/12/2025	
Passivo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Fornecedor	-	Custo amortizado	**618.661**	**618.661**	731.373	731.373
Fornecedores – Risco Sacado	-	Custo amortizado	**40.813**	**40.813**	60.757	60.757
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	**2.260.535**	**2.231.102**	1.824.299	1.833.152
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	**423.019**	**423.019**	426.384	426.384
Debêntures	-	Custo amortizado	**5.475.785**	**5.362.919**	4.603.979	4.544.943
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	**1.234.896**	**1.234.896**	1.197.881	1.197.881
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	**144.369**	**144.369**	-	-
Passivo de arrendamento	-	Custo Amortizado	**4.873**	**4.873**	5.605	5.605
Total			**10.202.951**	**10.060.652**	8.850.278	8.800.095

26.5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Tipo *SWAP*	Risco	Moeda da Contratação	Conversão da Taxa	Valor Total Contratado (Moeda Estrangeira)	Valor Total Contratado (BRL)	Intervalo de Custos Ponta Ativa	Intervalo de Custos Ponta Passiva	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	30/09/2025
								Total	Total	Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA	
Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	US$	-	268.000	1.313.060	De 4,74% a.a. até 6,79% a.a. | SOFR + 1,09% a.a.	De CDI + 0,98% a.a. até CDI + 1,85% a.a.	**(1.538)**	89.328	**(35.341)**	11.229
Juros	Dívidas indexadas ao IPCA	R$	IPCA-CDI	-	1.650.000	De IPCA + 6,56% a.a. até IPCA + 7,71% a.a.	De CDI - 0,02% a.a. até CDI + 1,08% a.a.	**(117.622)**	(77.815)	**-**	77.661
Total					**2.963.060**			**(119.160)**	11.513	**(35.341)**	88.890

26.6 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 30 de setembro de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 28.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

27 Demonstração dos fluxos de caixa

27.1 Transações que não afetam caixa

Conforme o IAS 7/CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e divulgadas separadamente em nota explicativa. Todas as transações desta natureza realizadas no período estão demonstradas a seguir:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferência de ativos de contrato para ativo intangível	**1.137.489**
Transferência de ativos de contrato para ativo financeiro	**386.172**
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	**12.603**
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	**56.009**
Total	**1.592.273**
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	**7.120**
Resultado de *hedge accounting*	**35.341**
Total	**42.461**
Total	**1.634.734**

27.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de juros	Mudança no valor justo	Outros (a)	30/09/2026
Empréstimos e financiamentos	2.250.683	**402.019**	**(97.545)**	**(525)**	**128.922**	**2.683.554**
Debêntures	5.801.860	**750.000**	**(454.508)**	**-**	**613.329**	**6.710.681**
Instrumentos financeiros derivativos	-	**-**	**(58.191)**	**35.341**	**167.219**	**144.369**
Passivos de arrendamento	5.605	**(1.088)**	**(515)**	**-**	**871**	**4.873**
Total	8.058.148	**1.150.931**	**(610.759)**	**34.816**	**910.341**	**9.543.477**

(a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros, e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos.

28 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 (*)
Energia contratada (em R$ mil)	**2026 a 2037**	**565.202**	**2.186.449**	**2.298.573**	**27.808.046**
Energia contratada (em MWh)	**2026 a 2037**	**1.896.906**	**7.474.646**	**7.561.191**	**76.000.985**

(*) estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-Presidente

David Abdalla Pires Leal

Marcos Antônio Souza de Almeida

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Dorgival Soares da Silva

Thiago Wolf Pereira

Vanderlei Dominguez da Rosa

Maria Salete Garcia Pinheiro

Suplentes

Adilson Celestino de Lima

Francisco Renato da Costa Garcez

Rafael de Souza Morsch

Marízio Martins da Costa

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho

Comitê de Auditoria Estatutário

Tinn Freire Amado
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Riberto José Barbanera
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Cristiano de Lima Lograd o
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-RS